

COLÉGIO DOS DIPLOMADOS DO BOARD BRASILEIRO DE ORTODONTIA E ORTOPEDIA FACIAL (CDBBO)

ESTATUTO SOCIAL

Capítulo I

Da Denominação, Sede, Objeto e Duração da Associação

Art. 1º. O COLÉGIO DOS DIPLOMADOS DO BOARD BRASILEIRO DE ORTODONTIA E ORTOPEDIA FACIAL (CDBBO), doravante denominado simplesmente “CDBBO” ou “Colégio”, é uma associação civil, sem fins lucrativos, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 07.716.203/0001-28, constituída por iniciativa dos membros do Board Brasileiro de Ortodontia e Ortopedia Facial – BBO, com sede e foro na rua Pasteur, no 95, bairro Batel, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, CEP: 80.250-080, que se regerá pelo presente Estatuto Social e pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis.

Art. 2º. O CDBBO tem como objetivo:

- I.** Promover a união e a integração entre seus associados;
- II.** Estimular o aperfeiçoamento profissional e promover a valorização da obtenção do padrão de excelência de resultados no exercício da especialidade Ortodontia e Ortopedia Facial, atuando junto a profissionais, instituições de ensino, órgãos governamentais que a regulamentam e à comunidade, e perseguindo estes objetivos de maneira que a autonomia do Board Brasileiro de Ortodontia e Ortopedia Facial (BBO) não seja comprometida de fato ou na aparência;
- III.** Incentivar os profissionais a prestar o exame de proficiência do BBO ao concluírem o curso de especialização ou mestrado em Ortodontia e Ortopedia Facial;
- IV.** Despertar entre seus associados, o espírito de atualização constante dos padrões de tratamento ortodôntico e ortopédico facial por meio de reavaliação;
- V.** Fornecer à comunidade em geral as informações necessárias à avaliação dos serviços e cuidados especializados de Ortodontia e Ortopedia Facial que lhe são disponibilizados;
- VI.** Auxiliar o BBO nos acordos firmados com a Associação Brasileira de Ortodontia Ortopedia Facial (ABOR) e suas afiliadas, nos convênios com autarquias e órgãos governamentais, entre eles, o Conselho Federal de Odontologia (CFO) e os Conselhos Regionais de Odontologia (CRO's), para assessoramento no tocante ao credenciamento e fiscalização dos cursos de especialização em Ortodontia e Ortopedia Facial, no Brasil;
- VII.** Colaborar no zelo pelo cumprimento da legislação vigente para o exercício da especialidade “Ortodontia e Ortopedia Facial”, cooperando com autoridades governamentais e a comunidade em geral, visando à atualização, difusão e obediência a seus princípios éticos e morais;
- VIII.** Manter intercâmbio com entidades similares de outros países;
- IX.** Auxiliar o BBO na atuação como instrumento de mediação, contribuindo na melhoria das relações profissionais entre todos os segmentos que compreendem a especialidade “Ortodontia e Ortopedia Facial”;
- X.** Organizar encontros científicos e/ou sociais vinculados preferencialmente ao calendário dos Congressos promovidos pela ABOR;
- XI.** Preparar e conduzir seminários nos Congressos promovidos pela ABOR para auxiliar os candidatos a se preparar para os exames do BBO;

- XII.** Criar e manter uma publicação com informações pertinentes ao CDBBO e a seus encontros científicos e sociais;
- XIII.** Visitar cursos de especialização e mestrado em Ortodontia e Ortopedia Facial para divulgar o processo de certificação do BBO;
- XIV.** Criar e manter uma página na internet para divulgação dos trabalhos do Colégio;
- XV.** Respeitar o "Código de Ética", e o "Regimento Interno", elaborados pelo BBO.

Art. 3º. O prazo de duração do CDBBO é indeterminado.

Capítulo II

Dos Associados

Art. 4º. O quadro associativo constituir-se-á de três categorias de sócios, a saber: Fundadores, Efetivos e Remidos, não respondendo individualmente, solidariamente ou subsidiariamente, os mesmos, pelas obrigações contraídas pelos órgãos administrativos do CDBBO.

- I.** Serão considerados Sócios Fundadores os que assinaram a ata da fundação desta Associação e forem diplomados pela BBO;
- II.** Sócios Efetivos poderão ser aqueles que forem diplomados pelo BBO e não tiverem assinado a ata de fundação do “Colégio”;
- III.** Poderão requerer o status de Sócios Remidos, os Sócios Fundadores ou Sócios Efetivos que completarem 70 anos de idade.

Art. 5º. É requisito para ser admitido como sócio fundador, efetivo ou remido do CDBBO:

- I.** Possuir o certificado de excelência emitido pelo BBO.

Capítulo III

Dos Direitos e Deveres do Associado

Art. 6º. São direitos do associado:

- I.** Frequentar as reuniões do CDBBO;
- II.** Utilizar os serviços mantidos pelo CDBBO,
- III.** Apresentar trabalhos e tomar parte em reuniões científicas;
- IV.** Votar e ser votado, quando em pleno gozo de seus direitos.

Art. 7º. São deveres do associado:

- I.** Respeitar e fazer cumprir o Estatuto do CDBBO, suas normas e regulamentos, bem como as decisões adotadas por seus órgãos diretivos;
- II.** Zelar pelo bom conceito e imagem do CDBBO, prestigiando-o e defendendo-o por todos os meios a seu alcance;
- III.** Comparecer às reuniões e assembleias, para os quais tenha sido convocado;
- IV.** Desempenhar, com zelo e dedicação, as funções que eventualmente assumir, quer decorrentes de cargos eletivos, quer para os quais for nomeado;
- V.** Pagar pontualmente as taxas e contribuições diretamente ao BBO;

- VI.** Obedecer e respeitar as Normas de Conduta Profissional do Board Brasileiro de Ortodontia e Ortopedia Facial (BBO) e zelar pelo cumprimento da legislação vigente para o exercício da especialidade Ortodontia e Ortopedia Facial;
- VII.** Comunicar ao CDBBO qualquer alteração em seu endereço.

Capítulo IV **Das Penalidades**

Art. 8º. Constitui infração disciplinar:

- I.** Praticar atos contrários ao estatuto e às normas regimentais e/ou regulamentares que causem perturbação aos objetivos da Associação, inclusive do BBO e da ABOR nacional;
- II.** Apresentar comportamento insubordinado ou desobediente às deliberações das Assembleias Gerais e/ou dos Órgãos de Direção da Associação ou ofensivo aos membros da Diretoria, inclusive do BBO e da ABOR nacional;
- III.** Praticar ou permitir que seja praticada em seu nome concorrência desleal;
- IV.** Aproveitar vantagens irreais visando estabelecer concorrência com outras entidades ou especialistas em Ortodontia e/ou Ortopedia Facial;
- V.** Executar e anunciar trabalho gratuito ou a preço vil com finalidade de aliciamento;
- VI.** Exercer, após ter sido alertado, a especialidade em entidade ilegal, inidônea ou irregular;
- VII.** Atrasar, sem justificativa, o pagamento de taxas, contribuições e multas devidas ao BBO;
- VIII.** Utilizar o nome da Associação ou o cargo que ocupe em sua administração buscando auferir vantagem de ordem pessoal;
- IX.** Praticar atos irregulares referentes a orçamento, despesas, bens patrimoniais e à contabilidade da Associação.

Art. 9º. Será passível de punição o Associado, de qualquer categoria, cuja conduta esteja em desacordo com os preceitos deste Estatuto, com o Código de Ética do Conselho Federal de Odontologia e com as Normas de Conduta Profissional do BBO.

Art. 10. As penalidades poderão ser as seguintes:

- I.** Advertência confidencial, em aviso reservado;
- II.** Censura confidencial, em aviso reservado;
- III.** Suspensão por 90 (noventa) dias;
- IV.** Exclusão do quadro associativo.

§ 1º – Os casos de manifesta gravidade são as condutas que exijam aplicação imediata de penalidade mais grave, de acordo com o entendimento da Diretoria.

§ 2º – A alegação de ignorância ou a má compreensão deste estatuto não exime de penalidade o infrator.

§ 3º – Será considerado reincidente o Associado que cometer nova infração dentro de 2 (dois) anos do cometimento da anterior.

§ 4º – Serão levados em consideração os seguintes elementos da infração:

- I.** Se foi dolosa ou culposa;
- II.** A repercussão para os objetivos associativos;

III. A eventual projeção para a imagem institucional da Associação.

Art. 11. Será aplicada a pena de advertência confidencial ao Associado quando perturbar a ordem interna da Associação, na forma do art. 10, I.

Art. 12. Será aplicada a pena de censura confidencial ao Associado quando não acatar as deliberações das Assembleias Gerais e dos órgãos de direção, na forma do art. 10, II;

Art. 13. Será aplicada a pena de suspensão temporária por 90 dias ao Associado quando não acatar as punições ou reincidir nas faltas que ocasionaram as penalidades previstas nos artigos 11 e 12.

§ 1º – A suspensão do Associado implica na perda provisória do pleno gozo de seus direitos.

§ 2º – A suspensão será cancelada quando se fizerem cessar as causas que deram origem à penalidade, após apreciação da Diretoria.

Art. 14. Será aplicada a pena de exclusão ao Associado quando:

- I.** Reincidir em infração punida com suspensão temporária;
- II.** Admitido com base em informações inexatas fornecidas pelo mesmo;
- III.** Incurrer em atos de imoralidade profissional ou acolher em seu consultório, falsos Cirurgiões-dentistas e/ou Especialistas, ou emprestar-lhes seu nome e título;
- IV.** Incurrer em conduta grave que agrida os objetivos da Associação;
- V.** Não cumprir com as obrigações pecuniárias associativas por um período de doze meses consecutivos;
- VI.** Cometer qualquer das infrações disciplinares previstas no art. 8º, incisos III a IX.

Parágrafo único. Constituem, ainda, justa causa para exclusão de Associado:

- I.** Cometimento de atos de inegável gravidade que ponham em risco a continuidade da Associação;
- II.** Condenação por crime inafiançável, em decisão irrecorrível;
- III.** Condenação a penalidade de cassação do registro profissional em decisão irrecorrível proferida pelo CRO; e
- IV.** Incapacidade superveniente.

Capítulo V

Do Processo Administrativo Disciplinar

Art. 15. O Associado somente sofrerá penalidade através de processo administrativo disciplinar que será instaurado mediante ofício de um dos membros da Diretoria ou a requerimento escrito e fundamentado de qualquer Associado ao Presidente.

§ 1º – A comunicação prévia ao acusado será feita através de e-mail com aviso de recebimento e contera minudente informação a respeito do teor da acusação que lhe é dirigida.

§ 2º – Os casos de manifesta gravidade serão processados em caráter prioritário e urgente, podendo o Presidente adotar as medidas cautelares que julgar imprescindíveis, com observância à legislação pátria e ao Estatuto da Associação.

§ 3º – No julgamento do processo disciplinar serão considerados:

- I.** As circunstâncias agravantes ou atenuantes da infração;
- II.** Os serviços prestados à Associação pelo Associado acusado; e
- III.** A gradação das penalidades, salvo nos casos de manifesta gravidade.

Art. 16. Cada caso será analisado pela Diretoria que formará e emitirá parecer quanto à penalidade a ser imposta.

Art. 17. O Associado acusado de desrespeito a esse Estatuto terá direito à defesa perante a Diretoria, devendo obrigatoriamente a Associação apresentar abertura de prazo, após juntar o Aviso de Recebimento positivo aos autos do processo, para que o acusado possa apresentar defesa escrita em (30) trinta dias, não contando o dia da abertura de prazo, mas tão somente a partir do primeiro dia útil subsequente.

§ 1º – O processo disciplinar terá tramitação sigilosa, somente a ele tendo acesso o interessado ou seu procurador devidamente habilitado nos autos.

§ 2º – O Associado deverá apresentar defesa escrita com direito a apresentação do rol de testemunhas e outras figuras probatórias necessárias à defesa.

§ 3º – Para fins de contagem de prazo para a defesa, considera-se apresentada a contestação na data do envio pelos correios ou do protocolo de entrega na secretaria da Associação.

§ 4º – Se o Associado não contestar as alegações que lhe são imputadas no prazo deste artigo, será designado um Associado para propor defesa e acompanhar o processo até decisão final.

Art. 18. A Diretoria proferirá a decisão em trinta dias após audiência do acusado e eventuais testemunhas, acolhendo ou rejeitando, no todo ou em parte, a representação e a penalidade aplicável, e deverá conter os seguintes elementos:

- I.** O relatório que conterá o nome das partes, os fatos articulados em suma e a resposta do Associado representado, e o registro das principais ocorrências havidas no andamento do processo;
- II.** Os fundamentos sob os quais a Diretoria analisou as questões de fato e de direito.

Art. 19. Caberá recurso com efeito suspensivo, por escrito e devidamente fundamentado, da decisão da Diretoria do CDBBO para a Diretoria do BBO, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data da notificação do Associado.

§ 1º – Na hipótese acima, será assegurado ao Associado, por si ou por intermédio de procurador legalmente constituído, fazer sustentação oral por quinze minutos improrrogáveis, após leitura de seu recurso, findo os quais a matéria será deliberada, cuja decisão será definitiva.

§ 2º – A decisão da Diretoria do BBO quanto à exclusão de qualquer Associado deverá receber forma especial, sendo imperativo a decisão ser efetivada mediante escrutínio secreto de seus membros.

Capítulo VI

Da Administração

Art. 20. As Assembleias Gerais Ordinária ou Extraordinária são os órgãos deliberativos da Associação e serão constituídas por todos os associados, desde que estejam em dia com o pagamento das taxas e demais contribuições associativas.

Art. 21. A assembleia geral poderá ser realizada por meios eletrônicos.

Parágrafo único. A manifestação dos associados poderá ocorrer por qualquer meio eletrônico indicado pelo Presidente, que assegure a identificação do associado e a segurança do voto, e produzirá todos os efeitos legais da assinatura presencial.

Art. 22. A Assembleia Geral será instalada pelo Presidente, ou por seus substitutos estatutários, o qual, após a verificação do "quorum" mínimo necessário, declarará abertos os trabalhos.

Art. 23. A convocação para a Assembleia Geral deverá ser feita pelo Presidente, ou por seus substitutos estatutários, por correspondência eletrônica, e-mail, enviado a todos os Associados, com protocolo de recebimento e antecedência mínima de 15 (quinze) dias.

Art. 24. O Secretário da Mesa, cargo este ocupado pelo Diretor-secretário, lavrará a ata da Assembleia Geral.

Seção I

Da Assembleia Geral Ordinária

Art. 25. A Assembleia Geral Ordinária reunir-se-á anualmente, de preferência coincidente com um evento de Ortodontia, e terá como "Ordem do Dia":

- I.** Eleger e/ou referendar, quando à época, os membros da Diretoria, na forma do disposto no artigo 23 abaixo;
- II.** Examinar e discutir, aprovando ou rejeitando, as propostas de orçamentos, balanços e relatórios da Diretoria;
- III.** Apreciar as contas da Diretoria, examinando e discutindo suas demonstrações financeiras;
- IV.** Tomar conhecimento e deliberar sobre quaisquer assuntos de interesse do CDBBO e dos associados, submetidos regularmente a sua apreciação e julgamento pela Diretoria ou qualquer associado, mediante inclusão no edital de convocação;
- V.** Eleição e posse dos três membros do Conselho Fiscal, quando necessário; e
- VI.** Outros assuntos de interesse do CDBBO.

Art. 26. Em primeira convocação, a Assembleia Geral Ordinária somente poderá ser instalada com a presença de no mínimo a metade mais 1 (um) do número total dos associados do CDBBO, e que estejam em dia com as taxas e demais contribuições associativas. Em segunda convocação, a referida Assembleia será instalada com qualquer "quorum".

Art. 27. Em caso de ausência ou impedimento temporário do Presidente, a Assembleia Geral será presidida pelo Presidente-Eleito e em sua ausência pelo membro da diretoria imediato e assim sucessivamente.

Art. 28. As deliberações das Assembleias Gerais Ordinárias necessitarão do voto favorável de 2/3 (dois terços) dos associados presentes, para sua devida aprovação.

Seção II

Da Assembleia Geral Extraordinária

Art. 29. A Assembleia Geral Extraordinária poderá ser realizada para fins especiais, sempre que os interesses associativos assim o exigirem e de acordo com o que preceitua este Estatuto, reunindo-se sempre que regularmente convocada para, a título exemplificativo:

- I.** Promover alterações, emendas ou reformas neste Estatuto;
- II.** Decidir sobre a compra, venda, alienação, doação ou qualquer outro ato que importe ou possa implicar em acréscimo ou diminuição do patrimônio do CDBBO, em valor superior ao equivalente em reais a cinquenta salários mínimos nacional;
- III.** Apreciar proposta de extinção do CDBBO, observada comunicação prévia ao BBO, informando o teor da deliberação pretendida;
- IV.** Destituir seus administradores;
- V.** Outros assuntos de interesse do CDBBO.

Art. 30. Em primeira convocação, a Assembleia Geral Extraordinária somente poderá ser instalada com a presença de no mínimo a metade mais 1 (um) do número total dos associados do CDBBO, e que estejam em dia com as taxas e demais contribuições associativas. Em segunda convocação, a referida Assembleia será instalada com qualquer "quorum", observadas as restrições constantes do parágrafo único do artigo 59 do código civil brasileiro.

Parágrafo Único. A convocação da assembleia geral extraordinária também poderá ser efetuada por 1/5 dos associados em gozo de seus direitos.

Art. 31. Em caso de ausência ou impedimento temporário do Presidente, a Assembleia Geral Extraordinária será presidida pelo Presidente-Eleito e em sua ausência pelo membro da diretoria imediato e assim, sucessivamente.

Art. 32. As deliberações das Assembleias Gerais Extraordinárias necessitarão do voto favorável de 2/3 (dois terços) dos associados presentes, para sua devida aprovação.

Seção III

Da Diretoria

Art. 33. A Diretoria, como órgão executivo da associação, será composta por 5 (cinco) membros, assim designados:

- I. Presidente;
- II. Presidente-eleito;
- III. Diretor-secretário;
- IV. Diretor-tesoureiro;
- V. 5º Diretor.

Art. 34. O prazo de gestão dos membros da Diretoria será de 1 (um) ano, observando-se o disposto a seguir:

- I. O Presidente deixará o cargo, passando a integrar o rol de Ex-Presidentes, permanecendo na qualidade de associado;
- II. O Presidente-eleito assumirá o cargo de Presidente;
- III. O Diretor-secretário assumirá o cargo de Presidente-eleito;
- IV. O Diretor-tesoureiro assumirá o cargo de Diretor-secretário;
- V. O 5º Diretor assumirá o cargo de Diretor-tesoureiro e, na mesma data, será eleito um novo membro pela Assembleia Geral, que ocupará o cargo de 5o Diretor.

Parágrafo Único. Em caso de vacância do cargo de qualquer membro da Diretoria por motivo de renúncia, morte, destituição ou outro motivo de perda superveniente da condição de Diretor, o imediato membro será seu substituto até que sua vaga seja preenchida na forma do artigo 23 supra. Nos impedimentos temporários, superiores a três meses, os membros da diretoria serão igualmente substituídos pelo membro imediato.

Art. 35. A Diretoria reunir-se-á, ordinariamente, pelo menos uma vez ao ano e, extraordinariamente, quando necessário, por convocação do Presidente, sendo as deliberações tomadas pela vontade da maioria simples dos membros presentes.

§ 1º - A convocação deverá ser encaminhada de forma que permita a comprovação de recebimento, com antecedência mínima de 10 (dez) dias e conter a ordem do dia com as matérias que deverão ser objeto de deliberação.

§ 2º - Em casos excepcionais, desde que justificado, a antecedência poderá ser reduzida.

§ 3º - As matérias não constantes da pauta somente poderão ser deliberadas validamente desde que presentes todos os membros e aprovadas por unanimidade.

§ 4º - O Presidente deverá convocar reunião de Diretoria, mediante a solicitação formal de qualquer de seus membros.

§ 5º - O Ex-Presidente imediato será convidado para as reuniões de diretoria, sem direito a voto.

Art. 36. Compete privativamente à Diretoria:

- I. Elaborar o “Regimento Interno”, que será submetido à Assembleia;
- II. Elaborar, no início de sua gestão, um Plano Geral de Atividades;
- III. Elaborar, no início de cada exercício fiscal, um Orçamento Anual e que seja aprovado em Assembleia Geral;

- IV.** Promover toda e qualquer ação que atenda aos objetivos estabelecidos pelo CDBBO, ou outros que venham a ser estabelecidos em virtude de eventual alteração de seu Estatuto;
- V.** Instituir as normas que se fizerem necessárias para a boa ordem administrativa;
- VI.** Administrar o CDBBO, bem como todos os seus haveres e bens patrimoniais, de acordo com as orientações fixadas no Plano Geral de Atividades;
- VII.** Cumprir e fazer cumprir todos os dispositivos deste Estatuto e as resoluções das Assembleias Gerais;
- VIII.** Criar comissões, salvo as especiais, que são de competência exclusiva do Presidente, tantas quantas forem necessárias, nomeando os membros responsáveis para dirigi-las, assim como dispensando-os quando conveniente;
- IX.** Colaborar com entidades oficiais e outras associações, nacionais ou estrangeiras, estabelecendo convênios;
- X.** Estabelecer a política e normas gerais do CDBBO;
- XI.** Cuidar dos assuntos relativos aos funcionários do CDBBO, organizando sua folha de pagamentos, decidindo a respeito de contratações e demissões, bem como toda e qualquer atividade ligada ao quadro de funcionários;
- XII.** Administrar todas as receitas e despesas do CDBBO, observando o disposto para a execução do Orçamento;
- XIII.** Manter os demais associados informados a respeito da administração geral do CDBBO;
- XIV.** Elaborar, findo o exercício financeiro, que coincide com o ano civil, o balanço patrimonial geral e o balanço de receitas e despesas;
- XV.** Convocar as reuniões da Assembleia Geral quando julgar necessário;
- XVI.** Resolver os casos omissos deste Estatuto, "ad-referendum" da Assembleia Geral.

Art. 37. Compete ao Presidente:

- I.** Convocar e presidir as reuniões de Diretoria, Assembleias Gerais Ordinárias e, quando for o caso, as Extraordinárias;
- II.** Assinar, juntamente com o Diretor-secretário, as atas das reuniões e correspondências;
- III.** Orientar os demais membros da Diretoria no exercício de suas funções específicas;
- IV.** Nomear comissões especiais de qualquer natureza e assessores;
- V.** Encaminhar relatório anual à Diretoria do BBO;
- VI.** Representar o CDBBO na forma do disposto neste Estatuto;
- VII.** Movimentar, juntamente com o Diretor-tesoureiro, os recursos financeiros do CDBBO, firmando atos de responsabilidade, assinando cheques, contratos, títulos e demais instrumentos que resultem despesas ou assunção de compromisso oneroso.

Art. 38. Compete ao Presidente-eleito:

- I.** Auxiliar o Presidente nos deveres do cargo;
- II.** Coordenar o andamento das Comissões da Diretoria;
- III.** Substituir o Presidente em suas faltas ou impedimentos temporários;
- IV.** Representar o CDBBO na forma do disposto neste Estatuto.

Artigo 39. Compete ao Diretor-secretário:

- I.** Secretariar as reuniões da Diretoria;

- II.** Preparar e encaminhar o expediente;
- III.** Manter atualizadas as relações dos membros da diretoria, observando prazos de seus mandatos, bem como suas faltas e impedimentos;
- IV.** Substituir o Presidente-eleito em suas faltas e impedimentos temporários;
- V.** Manter registros dos procedimentos das assembleias e reuniões do CDBBO;
- VI.** Fazer as declarações e relatórios necessários sobre o trabalho do CDBBO;
- VII.** Organizar a agenda, o expediente e a ordem do dia para as assembleias e comissões;
- VIII.** Redigir a correspondência da Diretoria e subscrevê-la, juntamente com o Presidente;
- IX.** Superintender o serviço de secretaria e arquivos do CDBBO;
- X.** Representar o CDBBO na forma do disposto neste Estatuto.

Art. 40. Compete ao Diretor-tesoureiro:

- I.** Superintender o serviço de tesouraria, promovendo a arrecadação de taxas e contribuições junto à tesouraria do BBO;
- II.** Movimentar com o Presidente as contas bancárias, assinando, para este fim, cheques e demais documentos que resultem despesas ou movimentação de valores;
- III.** Mandar elaborar e apresentar, mensalmente, à Diretoria, o balancete geral do caixa;
- IV.** Organizar os balancetes semestrais e o balanço anual do CDBBO, a ser apresentado à Diretoria;
- V.** Recolher a bancos ou entidades de crédito, aprovados pela Diretoria, as somas recebidas pelo CDBBO;
- VI.** Manter em dia, mediante assessoramento técnico, a escrituração contábil do CDBBO;
- VII.** Participar da elaboração do orçamento anual;
- VIII.** Manter relatórios apropriados das atividades financeiras do CDBBO e elaborar, quando necessário, relatórios para os membros da Diretoria;
- IX.** Substituir o Diretor-secretário em suas faltas e impedimentos temporários;
- X.** Representar o CDBBO na forma do disposto neste Estatuto.

Art. 41. Compete ao 5o Diretor:

- I.** Auxiliar o Diretor-tesoureiro nos deveres de seu cargo;
- II.** Substituir o Diretor-tesoureiro em suas faltas e impedimentos temporários;
- III.** Representar o CDBBO na forma do disposto neste Estatuto.

Art. 42. Cabe aos Diretores, além de examinar e aprovar operações dentro de seu nível próprio de alçada e participar da discussão e aprovação das operações da alçada da Diretoria, exercer as funções correspondentes às áreas específicas de atuação que lhes tenham sido estabelecidas pelo Presidente, sendo-lhes vedado prestar fiança, aval ou outra garantia em negócios estranhos aos interesses associativos.

§ 1º - O CDBBO será representado, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, por 2 (dois) membros da Diretoria, em conjunto, sendo, necessariamente, um deles o Presidente, o Presidente-eleito ou o Diretor-secretário.

§ 2º - O CDBBO poderá também ser representado por procurador(es), conforme vier a ser estabelecido nos respectivos instrumentos de mandato e na extensão dos poderes que neles se contiverem.

§ 3º - Todas as procurações outorgadas pelo CDBBO deverão ser subscritas por 2 (dois) membros da Diretoria, sendo, necessariamente, um deles o Presidente, o Presidente-eleito ou o Diretor-secretário, inclusive aquelas outorgadas a advogados para representação do CDBBO em processos judiciais e administrativos, e que deverão conter poderes específicos, ter prazo de validade determinado e vedar o substabelecimento, sob pena de nulidade.

Art. 43. Não obstante as disposições contidas nos artigos antecedentes, o CDBBO poderá ser representado por qualquer membro da Diretoria, ou por um único procurador, perante repartições públicas, autarquias e empresas de economia mista, ou concessionárias de serviços públicos, em assuntos de rotina e que não envolvam a criação de obrigações ou a renúncia a direitos do CDBBO.

Seção IV Do Conselho Fiscal

Art. 44. O Conselho Fiscal é órgão deliberativo de funcionamento não permanente e, nos exercícios em que for instalado, será composto por 3 (três) membros.

§ 1º - O pedido de instalação e funcionamento do Conselho Fiscal será formulado por qualquer associado, à Assembleia Geral Ordinária, a qual elegerá seus membros.

§ 2º - Os membros do Conselho Fiscal exercerão seus cargos até a primeira Assembleia Geral Ordinária que se seguir à eleição, permitida a reeleição.

§ 3º - Os associados poderão, alternativa ou cumulativamente, à instalação do Conselho Fiscal, deliberar a contratação de auditoria independente externa.

Capítulo VII Dos Recursos Financeiros, Patrimônio e Receitas

Art. 45. O Patrimônio do CDBBO será composto por bens, móveis ou imóveis, e direitos adquiridos, sejam a que título for.

§ 1º - O CDBBO não distribuirá resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela de seu patrimônio, nem remunerará ou concederá vantagens ou benefícios por qualquer forma ou título, a seus Diretores, associados, instituidores, benfeitores ou equivalente.

§ 2º - Serão remunerados os empregados e/ou assessores contratados para permitir a consecução dos objetivos associativos do CDBBO, obedecendo-se para tanto as disposições legais aplicáveis.

§ 3º - É vedado o exercício de cargos de Diretoria cumulativamente com trabalhos e/ou empregos remunerados pela Associação.

Art. 46. Os recursos financeiros do CDBBO serão constituídos por:

- I.** Pagamento da contribuição anual dos associados, repassado pelo BBO;
- II.** Receitas de cursos, congressos e eventos;
- III.** Doações e legados de qualquer natureza;

- IV.** Receitas contratuais;
- V.** Rendas patrimoniais e juros de capital;
- VI.** Taxas e emolumentos;
- VII.** Rendas de serviços internos.

Parágrafo único. Os Recursos financeiros recebidos a título de anuidade paga pelos diplomados, serão repassados pelo Board Brasileiro de Ortodontia e Ortopedia Facial (BBO).

Art. 47. Os valores da anuidade dos sócios serão estipulados pela Diretoria em exercício em conjunto com a Diretoria do BBO.

Parágrafo primeiro – O Sócio admitido no decorrer do ano pagará taxa de admissão no ano seguinte à admissão.

Capítulo VIII

Da Liquidação do CDBBO

Art. 48. A dissolução do CDBBO somente poderá ser decidida mediante a deliberação expressa de 2/3 (dois terços) de seus membros, especialmente convocados para este fim, por decisão da maioria da Diretoria, nos termos de que dispõe o Artigo 29 do presente.

Art. 49. Dissolvido o CDBBO e satisfeitas todas as suas obrigações, eventual patrimônio remanescente será destinado ao Board Brasileiro de Ortodontia e Ortopedia Facial (BBO).

Capítulo IX

Disposições Gerais

Art. 50. Não obstante a disposição contida no Artigo 45, parágrafo primeiro, fica reservado o direito ao CDBBO de conferir prêmios e honrarias a pessoas do Brasil ou de outras nações, que julgar merecedoras dos mesmos e por deliberação tomada em reunião de sua Diretoria, e aprovada em Assembleia Geral.

Art. 51. O presente Estatuto entrará em vigor na data de sua aprovação em Assembleia e somente poderá ser modificado, no todo ou em parte, inclusive no tocante à administração, por deliberação da Assembleia Geral especialmente convocada para este fim, não podendo ela deliberar sem o voto concorde da maioria simples (metade mais um) dos presentes, e obedecendo aos requisitos do artigo 30.

Art. 52. O Regimento Interno disciplinará os casos omissos deste Estatuto. Os demais serão resolvidos pela Assembleia Geral, de acordo com as normas da Lei 10406/2002 do Código Civil Brasileiro e legislação em vigor.

Art. 53. Qualquer Associado, quite com suas obrigações, poderá requerer sua demissão do quadro de associados através de requerimento por escrito endereçado ao Presidente que, após apreciação da tesouraria, encaminhará o pedido à secretaria para as devidas alterações no quadro de associados.

Art. 54. Fica eleito o Foro da comarca da cidade de Curitiba (PR) como competente para dirimir quaisquer dúvidas e litígios decorrentes deste instrumento, renunciando-se a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Curitiba, 05 de Outubro de 2021

Nome:

Presidente-eleito

Nome:

Diretor-secretário

Luiz Carlos Neto Pacheco Barreto

Advogado OAB/RJ 176.580